

Ensino elementar e ensino superior

- 1 DEZ 1985

ESTADO DE SÃO PAULO

Educação -

O Ministério da Educação, revigorado financeiramente graças à regulamentação da emenda constitucional do senador João Calmon, e portanto em melhores condições para enfrentar os gigantescos problemas do ensino no País, parece dispor-se a reformular suas linhas de atuação, tratando de dar maior atenção aos graus inferiores do sistema, invariavelmente relegados a segundo plano, seja pela escassez de verbas, seja pelas pressões insistentes das universidades, das quais voltaremos ainda a falar neste editorial. Nesse sentido, o ministro Marco Maciel talvez possa fazer alguma coisa do que já pretendia a ministra Esther Ferraz, que não chegou a ter em mãos os recursos que agora, finalmente, deverão destinar-se ao Ministério da Educação, mas teve atuação decisiva para que a emenda Calmon viesse a ser regulamentada não de acordo com os critérios "economicistas" que eram defendidos pela Seplan, e sim com os pedagógicos, que eram os inspiradores da mencionada emenda.

Mas, voltando ao processo de reformulação a que nos referíamos, tivemos, na semana finda, a tomada de algumas decisões que, no mínimo, geram expectativas de caráter positivo e que pretendemos acompanhar com o máximo cuidado possível. O primeiro aspecto dessa reformulação é a complementação da mudança relativa à política de alfabetização de adultos (com a redefinição oficial dos objetivos do Mobral, agora também com nova denominação — Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos — Educar), que já comentáramos em editorial publicado em fins de setembro.

Todos sabemos que o Mobral, apesar da intensa propaganda feita em relação a ele, foi um programa que malogrou rotundamente, pois de maneira alguma atingiu os objetivos mínimos de alfabetização a que visava. Aliás, qualquer pessoa medianamente versada em assuntos pedagógicos sabe perfeitamente que o mero processo de alfabetização, especialmente entre adultos com sérias carências culturais e intelectuais, determinadas pelo meio e pelas condições de vida que os marcaram desde a infância, não conduz senão às representações festivas, como as "formaturas do Mobral", com os *formados* continuando analfabetos ou, por falta de ambiente e de oportunidade, recaindo em pouco tempo no analfabetismo. Assim, se é importante atacar o problema do analfabetismo dos adultos, com uma metodologia apropriada (que, esperamos, não seja elaborada e dirigida pelos ideólogos dos tempos dos srs. João Goulart, Darcy Ribeiro e outros) e, principalmente, com alguma garantia de continuidade que não provoque o reingresso do alfabetizado na situação anterior, mais ainda o é atacá-lo entre os jovens evadidos das escolas, por múltiplas razões, que, em média, têm, teoricamente ao menos, pela idade menor, condições melhores para recuperar-se e integrar o contingente dos alfabetizados, isto é, o daqueles que sabem não apenas assinar o nome, mas ler, escrever e realizar as quatro operações.

O segundo aspecto da reformulação encetada diz respeito ao ensino supletivo. O ensino supletivo, já o dissemos muitas ve-

zes, deveria ser algo excepcional, pois que a totalidade das crianças deveria ser regularmente escolarizada, recebendo, no número de anos adequado, no mínimo aquela educação elementar que lhes permitisse exercer a cidadania e integrar-se no processo civilizatório. Infelizmente, acumularam-se de tal forma os nossos problemas educacionais, entre outras razões porque o nosso Estado-empresário (e péssimo empresário) não tinha tempo nem dinheiro para esses "probleminhas menores", como o ensino e o saneamento básico, que o que deveria ser excepcional deverá ainda ser normal por muitos anos. Assim, haverá que zelar para que o tão procurado ensino supletivo — cujo nível é muito pior do que o já baixíssimo nível do ensino oficial de 1º e 2º grau (ressalvada a exceção de uma ou outra escola) — possa ser levado adiante em condições melhores do que as atuais. Aliás, o secretário de Ensino de 1º e 2º grau do Ministério da Educação, lembrando que o ensino supletivo deve estar preparado para atender 39 milhões de pessoas com mais de 15 anos (!), acrescenta que ele, hoje, "é um curso regular de prazo curto, o que vale dizer um curso regular compacto que não atende às necessidades dos jovens e adultos" e que está a exigir "maior prazo, com metodologia específica", o que envolve, entre outras, a necessidade de formar professores "para atuar especificamente nessa área".

Tudo isso, obviamente, deve exigir uma parcela substancial dos recursos do ministério e foi, certamente, para dar condições ao governo de enfrentar, antes

de tudo, problemas dessa monta e dessa ordem que a emenda Calmon foi aprovada e recebida como algo da mais alta importância pelos educadores brasileiros. Ora, nesse momento em que o ministério *parece* disposto a entrar de rijo na liça pela conquista dos marginalizados da cultura, a fim de integrá-los à civilização como membros ativos do processo produtivo e como beneficiários de sua produtividade acrescida pela aquisição de mais conhecimentos, as universidades federais, fiéis à sua política sindicalista, que vem acabando com o pouco que resta de universitário no seu ensino e na sua pouco eficiente pesquisa, *comemoram* com uma greve de 24 horas o seu "dia nacional de luta" e ameaçam parar tudo em 1986 se não forem atendidas em suas reivindicações, alegando que nada mudou. Ora, para mudar, em matéria de ensino superior, seria da maior conveniência que o ministério estudasse "aquela estadualização" das universidades federais, de forma que estas se adequassem à realidade de seus Estados, como propúnhamos há duas semanas, responsabilizando-se o governo federal, exclusivamente, por três ou quatro grandes instituições que, pela qualidade de seu ensino e pesquisa, justificassem a própria existência. Afinal, uma universidade deve ser conhecida, ocupando as atenções do governo, do povo e da imprensa, pelo seu trabalho sério e produtivo e não pela sua capacidade de reivindicar e de fazer greve a torto e a direito. Esta, aliás, seria uma grande mudança no ensino universitário, a acompanhar as que se anunciam nos níveis elementares do ensino.